

# Superior Tribunal de Justiça

## RECLAMAÇÃO Nº 33.436 - SP (2017/0026513-4)

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECLAMANTE** : **EBERSON PEREIRA DA SILVA**  
**ADVOGADA** : **PATRICIA GALINDO DE GODOY CAZAROTI - SP203432**  
**RECLAMADO** : **JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS DE SÃO PAULO - SP**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

### DECISÃO

Trata-se de reclamação proposta por **EBERSON PEREIRA DA SILVA** em razão de suposto descumprimento de ordem proferida por esta Corte no HC n.º 351.996/SP, de minha relatoria, por parte do Juízo de Direito da 5.ª Vara de Execuções Criminais de São Paulo-SP.

Em razões, o reclamante alega que o juízo reclamado ainda não deu cumprimento às determinações contidas no julgado em referência.

Informações prestadas (e-STJ, fls. 151-169).

O Ministério Público opinou pela improcedência do pedido (e-STJ, fls. 175-176).

#### **É o relatório.**

Decido.

A Constituição Federal estabelece em seu art. 105, inciso I, alínea f, o instituto da reclamação, objetivando a preservação da competência e a garantia da autoridade das decisões desta Corte.

No caso presente, a decisão ora apontada como descumprida foi proferida nos autos do HC n.º 351.996/SP, na qual foi determinado ao Juízo da Vara de Execuções Criminais que reexaminasse o pedido comutação, desconsiderando a prática de falta grave além do período estabelecido pelo Decreto Presidencial n. 8.380/2014.

Nas últimas informações prestadas (em 07/04/2017), o magistrado declarou que estava reexaminando a questão e aguardava a manifestação da Defesa (e-STJ, fl. 151).

Em consulta à página oficial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, verifica-se que o Magistrado, em nova análise do pedido de comutação à luz do Decreto n.º 8.380/2014, indeferiu o pedido.

Interposto recurso de agravo em execução (n.º 9001505-24.2017.8.26.0050), o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo deu provimento ao recurso para conceder o benefício ao apenado, encontrando-se encerrado o processo. Confira-se:

"II. O indulto objeto de exame neste recurso foi instituído pelo Decreto nº 8.380/14. Esse decreto, além dos requisitos objetivos (o de caráter temporal e o atinente à natureza do crime perpetrado), dispôs no respectivo artigo 5º que sua concessão "*fica condicionada à inexistência de aplicação de sanção, reconhecida pelo juízo competente, em audiência de justificação, garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, por falta disciplinar de natureza grave, prevista na Lei de Execução Penal, cometida nos doze meses de cumprimento da pena, contados retroativamente à data de*

# Superior Tribunal de Justiça

*publicação deste Decreto. § 1º A notícia da prática de falta grave ocorrida após a publicação deste Decreto não suspende e nem impede a obtenção de indulto ou da comutação de penas.”.*

A exigência de caráter comportamental imposta pelo decreto é, portanto, a só inexistência de falta grave dentro de determinado período de tempo, o que foi demonstrado documentalmente. Assim, não se identifica no referido decreto presidencial oportunidade para que o juízo da execução negue o indulto de pena com base na identificação de periculosidade ou reprovável personalidade do preso.

Não obstante tenha razão o sentenciante ao irresignar-se com a edição de decreto que reduz a pena daquele que não o fez por merecer, não cabe ao juízo da execução senão aplicá-lo aos casos que a ele se ajustam, pois foi editado com amparo na Constituição Federal e sem violação à Lei Maior. Cabe ao presidente da república a fixação dos limites da indulgência *principis*, que não devem ser questionados se pautados na legalidade."

Diante do exposto, **julgo prejudicada** a presente reclamação.  
Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
Relator